

LÍNGUA MATERNA EMANCIPATÓRIA: COMBATE À EXCLUSÃO SOCIAL E O DESPERTAR DO PROTAGONISMO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Liliane Santos Rosa¹

Resumo: Esta pesquisa busca investigar sobre o ensino-aprendizagem da língua materna na EJA, com o objetivo de analisar os principais aspectos que ensejam o desenvolvimento social e cultural do sujeito, como fator de emancipação, inclusão e protagonismo dos jovens, adultos e idosos. Tendo em vista que, as práticas de leitura e escrita são cruciais para o desenvolvimento sociocultural dos sujeitos, de maneira que as barreiras do analfabetismo precisam ser transpostas urgentemente, a educação emerge como a arma mais poderosa para a cidadania e conquistas de direitos, justifica-se, portanto, a extrema importância do ensino-aprendizagem de língua portuguesa na EJA, como fator emancipatório para esses estudantes. No que tange ao desenvolvimento do trabalho, será utilizado o método de estudos bibliográficos para aprofundamento da fundamentação teórica, citando autores como: Paulo Freire (2002), KLeiman (2004), Cruz (2012), Soares (2004), Geraldi 2006), documentos legais como a Constituição Federal (1998), Lei das Diretrizes e Bases (1996), etc, além questionários para estudantes, professores e oficinas. Assim sendo, espera-se que essa pesquisa contribua no campo de estudo de Língua Materna na EJA, tendo como baluarte a emancipação do sujeito de direito, voltando-se para o despertar dos sonhos, para que eles sejam protagonistas da sua própria história, utilizando-se de bens culturais e tecnológicos, essenciais para sua inserção no mundo do trabalho e participação política.

Palavras-Chave: EJA. Língua Materna. Protagonismo.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa 02: Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Orientadora: Profa. Dra. Carla Meira Pires de Carvalho. Endereço eletrônico: lya.girl@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Como professora de Língua Portuguesa sempre me preocupou os aspectos correlacionados à prática pedagógica desta disciplina. Quando se trata do ensino de língua materna na EJA, tal preocupação se torna ainda mais evidente. Isso porque os estudantes deste segmento, muitas vezes, há anos não frequentam a escola e geralmente trabalham durante o dia. Alguns enfrentam um grande embate: Escolher o estudo ou o trabalho para suprir suas necessidades e as de sua família?

Diante dessa indagação, a prática de letramento na EJA no Ensino Fundamental é de extrema importância para desenvolvimento sociocultural do sujeito, de sorte que as barreiras do analfabetismo funcional precisam ser transpostas urgentemente, oportunizando sua emancipação, sendo que a educação é uma “arma poderosa” no combate à desigualdade social e subtração de direitos, portanto para que a cidadania se concretize em seu sentido amplo a Língua portuguesa tem fundamental importância.

O interesse por reportar esta pesquisa se remete ao fato da crucial importância de práticas do letramento e da literacia na EJA, visto que os alunos da Educação de Jovens e Adultos são excluídos, considerados como pessoas que não são capazes de aprender, discurso esse afirmado por alguns professores desta modalidade de ensino. Por conta dessa inquietação (que não é recente) é o que me motivou a realização de tal pesquisa.

Outro fator relevante e motivador dessa temática, é que mesmo em ano letivo atípico, devido ao fato da Instauração da Pandemia, escutarmos de algumas estudantes o discurso de mudança de vida, o desejo marcante de uma delas de vencer a linha da vulnerabilidade social, no intuito de cursar o nível superior em Medicina Veterinária.

Quando nos deparamos com um sonho relevante para formação de uma discente de EJA, mãe, esposa, atualmente desempregada, os nossos olhos brilham, considerando que a perseverança do sujeito pode levá-lo a alcançar vários patamares, tendo como mola-mestra a educação, como fator de mobilidade social, como ideal para o atravessamento da exclusão que paira nos ares, como autoafirmação de identidade de sujeito social e crítico, em que a esperança precisa ser revigorada em cada caminho percorrido nos estudos. É neste momento, que a educação emancipatória aparece como agente de transformação da realidade social do indivíduo. O estudante da EJA precisa ser “notado” como alguém que pode aprender, ser letrado é tratado como alguém capaz de vencer as barreiras do analfabetismo numa perspectiva dialética e crítica.

Enfim, a presente pesquisa situa-se na linha 2 “Letramento, identidades e Formação do Educador”, remetendo-se à linguagem como instrumento de luta por direitos igualitários do cidadão e sua ativa participação política. Sim, os estudantes da EJA podem muito mais do que alguns pensam!

Este estudo tem como objetivo geral investigar acerca da política de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa na EJA, analisando os aspectos que ensejam o desenvolvimento social e cultural do sujeito, como fator de emancipação e inclusão de jovens, adultos e idosos.

Quanto aos objetivos são os seguintes: Traçar noções gerais sobre a Educação de Jovens e Adultos, englobando seu conceito, histórico e a importância para o desenvolvimento sociocultural do jovem, adulto e idoso; refletir sobre o ensino da língua materna em turmas de EJA como instrumento potencializador de emancipação do sujeito de direito.

No que tange à metodologia, o trabalho compreenderá uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de coletar dados teóricos que permitirão um conhecimento sobre o ensino de língua materna, com ênfase no letramento de Jovens e Adultos numa escola pública da rede municipal de Mata de São João (BA). A pesquisa a ser implementada terá cunho qualitativo. O ambiente escolar constituirá a fonte direta para coleta de dados acerca da prática de letramento na EJA, e se este contribui para emancipação dos sujeitos, que oportunizará uma análise indutiva dos fatos observados em sala de aula. Neste trabalho, será utilizada também a pesquisa de campo, coleta de dados através de (entrevistas semiestruturadas) constando perguntas abertas e fechadas (discentes e docentes) e será também realizada oficinas de leitura, que deem margem à participação de estudantes para posterior análise crítica e reflexiva. E por fim, haverá a divulgação dos resultados alcançados.

Quanto à relevância acadêmica, esta pesquisa consiste na aquisição de novos conhecimentos, e que o referido trabalho possa ser utilizado na área de Educação, especialmente no campo de linguagem para que a temática da Educação de Jovens Adultos seja visível, como um direito, e contribua para emancipação e inclusão social.

QUESTÃO DE PESQUISA E SEUS FUNDAMENTOS

A grande questão da pesquisa em comento remete-se a: “Como trabalhar ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa na EJA numa perspectiva emancipatória e inclusiva de jovens, adultos e idosos?”

Para o mestre Freire (1989, p. 13) “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”. Como ler um

mundo onde não há participação efetiva de todos? Como fazer com que alunos de EJA de cidades interioranas urbanas ou rurais consigam utilizar a leitura e a escrita como meio de intercâmbio e até mesmo mobilidade sociocultural?

Paulo Freire parte do princípio de que a leitura do mundo vem antes da leitura da palavra e porque há também uma espécie de sabedoria do fazer a leitura, que se obtém fazendo leitura. O autor assegura que, a grande maioria dos filhos de trabalhadores, traz leitura do seu mundo, o que cabe à escola ampliar a passagem da leitura desse mundo para a leitura das palavras. Se fizermos uma comparação mais pormenorizada, poderemos inferir que esta leitura de mundo a qual se refere o grande educador pernambucano, pode estar atrelada ao processo de letramento, até porque antes do indivíduo pisar seus pés numa escola, ele já traz consigo o contato com a leitura: rótulos, destino de ônibus, marcas de roupas, calçados e objetos em geral.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (2000) enfatizam a importância de um ensino de leitura voltado ao processo de letramento, quando afirma que “[...] a leitura e a escrita são bens relevantes, de valor prático e simbólico, portanto, se não houver o acesso a graus elevados de letramento [...] poderá ser particularmente danoso para que jovens e adultos conquistem a cidadania” (BRASIL, 2000, p. 3). Dessa forma, se prioriza o acesso ao letramento a jovens e adultos como um elemento fundamental para a conquista da cidadania.

É preciso, portanto, inserir em aulas de língua portuguesa a prática do letramento, da literacia (termo elaborado pelo mestre Paulo Freire), indo além da simples decodificação de letras ou palavras. Necessita-se de um ensino libertário e libertador para que as classes de EJA visualizem o seu cotidiano no chão da escola.

Conforme vaticina Guedes (1997, p. 3): “Libertemo-nos, libertamos nossos alunos e nossas aulas da pesada herança colonialista que tem feito do ensino de Língua Portuguesa um dos mais eficazes instrumentos de exclusão do povo brasileiro, não só da escola, mas também da vida cultural e política do País”.

Os jovens, adultos e idosos, na maioria das vezes têm pouco contato com os aspectos voltados para leitura em si, como algo prazeroso e voluntário. Como assevera a professora Maria de Fátima Berenice Cruz, em seu livro “Leitura literária na escola: desafios e perspectivas em um leitor”:

Sabemos que os jovens e adultos que frequentam a escola noturna têm esse lugar como o único espaço de acesso à leitura literária. Paradoxalmente, ao valorizarmos este fato, reduzimos a leitura literária escolarizada à condição de depositária de um trabalho mecânico e repetitivo, quando deveria ser depositária de compreensão de novos mundos, de novos horizontes, com o poder para transformar visões de mundo e práticas cotidianas dos sujeitos que dela fazem uso (CRUZ, 2012, p. 181).

Infelizmente, como preleciona a autora, os educandos não acham fascinante o mundo da leitura literária, portanto é necessário investir muito na formação continuada do professor de EJA. Não se deve, portanto, atribuir à leitura como apenas um pretexto para análises gramaticais. As práticas educativas devem valorizar o que o sujeito traz como bagagem cultural, assim o ensino de língua materna terá efeito positivo e será capaz de oportunizar emancipação social do sujeito e incentivar sonhos do público-alvo da EJA.

Conseqüentemente, o ensino de leitura pode ser redentor, visto que, por meio da leitura, vislumbra-se igualdade de oportunidades a todos os sujeitos (educandos) jovens e adultos, independente da divisão de classe social de cada um. A leitura seria ensinada a todos da mesma maneira no intuito de libertá-los da sua

condição social. Infelizmente isso não é cumprido, pois se sabe das determinações sociais impostas à vida dos indivíduos em nossa sociedade dividida em estratos sociais.

Nesse sentido, a obra de Maria Clara Di Pierro e Ana Maria Galvão, “Preconceito contra o analfabeto” ou analfabeto funcional propõe, de forma instigante, uma provocação aos educadores: conhecer o que sabem o que pensam e como aprendem os jovens e adultos analfabetos ou pouco escolarizados. Investigar as práticas culturais nas quais estes sujeitos estão envolvidos, práticas estas constitutivas de suas subjetividades, e perscrutar as interlocuções — aquelas em curso e aquelas que podem ser intencionalmente planejadas—entre estas práticas culturais não-escolares e aquelas próprias da cultura escolar.

O Parecer da Educação de Jovens e Adultos ressalta que a ausência de escolarização não pode justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado, já que, na sociedade atual, ser analfabeto não significa estar totalmente de fora das práticas sociais de leitura e escrita. O argumento utilizado é que:

[...] um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros leem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva..., se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 1998, p. 24, *apud* BRASIL, 2000, p. 33).

Com isso, verifica-se a EJA como uma ação reparadora que visa o pagamento de uma dívida histórica a aqueles trabalhadores que não tiveram acesso à leitura e à escrita no tempo certo. É momento de inclusão de jovens e adultos na escola é uma opção

viável para um grupo com especificidades socioculturais para o qual se espera uma efetiva atuação das políticas sociais implementadas pelo Estado, isto inclui um ensino gratuito e de qualidade para todos os envolvidos nesta modalidade educativa.

Entende-se que o papel principal da educação é contribuir para que as pessoas adotem uma nova postura com relação ao seu próprio lugar. O trabalho pedagógico na EJA, então, deve se concentrar nas realidades de vida social mais imediatas. Arroyo, p. 33, em seu livro “Outros sujeitos, outras pedagogias tece uma crítica a respeito da desvalorização / ocultação das experiências sociais dos sujeitos, quando salienta que “As crianças e jovens populares até adultos da EJA são obrigados a ocultar as suas experiências sociais e as indagações e leituras que levam do trabalho e dessas experiências tão radicais”. De toda sorte, é através da educação e do ensino da Língua que se tem o desenvolvimento de uma conscientização focada no interesse do aluno pela preservação e construído de forma coletiva.

Assim, não se pode dissociar a prática do ensino da língua materna de uma concepção em que o conhecimento seja encarado como construção histórica, nas relações interpessoais, troca de dizeres e sentidos, no sentido de vencer o preconceito linguístico, do qual explicita o autor Marcos Bagno, em sua obra “Preconceito linguístico — o que é, como se faz”.

Percebe-se que apesar das dificuldades encontradas no que tange à leitura, escrita e prática da literatura no processo de ensino, nós educadores de língua materna jamais poderemos esmorecer, pois temos um primordial papel no sentido de transformar esta pessoa alfabetizada ou não, em uma pessoa letrada e isso se dá através de incentivos variados, no que diz respeito à leitura de diversas tipologias textuais e também se utilizando de exercícios de interpretação e compreensão de diferentes tipos de textos, em que vários tipos de ferramentas podem ser utilizados de maneira

crítica-reflexiva e menos mecânica. Os jovens e adultos possuem saberes acumulados e internalizados ao longo da sua vivência, saberes estes que devem ser utilizados como matéria-prima para o processo de aprendizagem. Assim, o diálogo, o respeito, a valorização dos saberes contribuirão para elevação da autoestima e na crença da sua capacidade de aprender deste jovem ou adulto.

Com base no exposto, torna-se claro que o processo de escrita e leitura é indispensável para um bom aprendizado na área de linguagem. As questões de interpretação escrita ou de produção textual também devem ser trabalhadas por meio de elucidação das estratégias leitoras e dos recursos de construção de sentido. Não podemos renegar ao estudante criança, jovem ou adulto o seu direito de cidadão de estar inserido no mundo letrado. É necessário reforçar o protagonismo dos estudantes jovens, adultos e idosos na EJA, com o crivo de desenvolver o ensino-aprendizagem baseado na historicidade desses sujeitos, suas ideias, potencialidades, oportunizando um diálogo permanente com seus direitos e deveres de cidadãos conscientes, críticos e reflexivos da realidade onde estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a referida pesquisa esteja em seu início, percebe-se que ela tem escopo contribuir para o ensino da língua materna em classes de EJA, a fim de obter melhoria na qualidade da Educação oferecida aos jovens e adultos, que por vezes estão cerceados do direito de aprender de maneira significativa. Além disso, ajudar os docentes na seleção de metodologias de ensino, demonstrando motivos que colaborem para o estudo da língua materna como meio para transformar a realidade social e cultural dos sujeitos. Espera-se que este trabalho contribua positivamente para pesquisas futuras no âmbito do estudo da Língua Portuguesa na

EJA, como forma de emancipação do sujeito de direito na cultura letrada, para que o público da EJA seja incluído socialmente, tenha acesso aos bens culturais, tecnológico, colaborando para sua inserção no mundo do trabalho e participação política.

Finalizo, trazendo à baila uma frase reflexiva do grande mestre (Paulo Freire), que muito resume a nossa trajetória enquanto estudante, professora, cidadã: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67).

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- AVILA, Francine Freitas. *O Processo Emancipatório Na EJA: uma possibilidade do ser mais?* Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Rio Grande, 2019
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico – o que é, como se faz*. 15. ed. Loyola: São Paulo, 2002
- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes nacionais para a educação de jovens e adultos*. Brasília. 2000.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 out. 2021
- CRUZ, Berenice Maria de Fátima. *Leitura literária na escola: desafios e perspectivas em um leitor* / Maria de Fátima Berenice da Cruz. – Salvador: EDUNEB, 2012.
- DI PIERRO, Maria Clara, GALVÃO, Ana Maria. *O preconceito contra o analfabeto*. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro, 2007.
- DURIGAN, Regina H. Helena Et al. A dissertação no vestibular. *In: A magia da mudança vestibular* Unicamp: Língua e Literatura. Campinas, Unicamp, 1987. P. 13-14.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 10. ed. São Paulo. Paz e Terra. 2002.
- FREIRE, Paulo. *A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. GERALDI, João Wanderley. O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2006.
- GUEDES, Coimbra Paulo. *A língua portuguesa e a cidadania*. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/29352/18042>. Acesso em: 29 out. 2021.
- KLEIMAN, Ângela B. *Leitura: Ensino e Pesquisa*. São Paulo: Pontes, 2004.
- KRAMER, Sônia. *Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso*. São Paulo: Ática, 2010.
- MUNIZ, Regina Maria Fonseca. *O direito à educação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002
- SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

